

GÊNERO, EMPODERAMENTO E TERRITÓRIO: CONSTRUINDO RELAÇÕES E ESTABELECENDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Simone Léia Rui

orcid.org/0000-0003-2754-2582
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: simonelrui@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7334

Resumo

Este artigo corresponde aos resultados da dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT. Com o intuito de colaborar com os estudos sobre gênero, foi estabelecida uma tríade de conceitos e categorias afim de proporcionar uma ampla discussão sobre os temas gênero, empoderamento e território. O denominador comum que se encontra na tríade são as relações de poder. Desta forma, foi realizada uma revisão bibliográfica, no qual foram utilizados autores como Scott (1990), Saffioti (1987; 1992; 2004), Butler (2003), Raffestin (1993), Foucault (1979; 1988), entre outros, para construir as relações possíveis com o poder exercido nas relações de gênero. Busca-se também estabelecer relações com a ciência geográfica, no qual é enfatizada a relevância desta temática para esta ciência.

Palavras-chave: Gênero; Empoderamento; Território.

GENDER, EMPOWERMENT AND TERRITORY: BUILDING RELATIONS AND ESTABLISHING THEORETICAL PERSPECTIVES

Abstract

This article corresponds to the results of the master dissertation presented to the Graduate Program in Geography of UNESP / FCT. In order to collaborate with gender studies, a triad of concepts and categories was established to provide a broad discussion on gender, empowerment and territory. The common denominator in the triad is power relations. Thus, a literature review was carried out, using authors such as Scott (1990), Saffioti (1987; 1992; 2004), Butler (2003), Raffestin (1993), Foucault (1979; 1988), among others to build the possible relations with the power exercised in gender relations. It also seeks to establish relationships with geographical science and emphasizing the relevance of this theme to this science.

Key words: Gender; Empowerment; Territory.

GÉNERO, EMPODERAMIENTO Y TERRITORIO: CONSTRUYENDO RELACIONES Y ESTABLECIENDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Resumen

Este artículo corresponde a los resultados de la disertación magistral presentada al Programa de Posgrado en Geografía de UNESP / FCT. Para colaborar con los estudios de género, se estableció una tríada de conceptos y categorías para proporcionar una discusión amplia sobre género, empoderamiento y territorio. El denominador común en la tríada son las relaciones de poder. Por lo tanto, se realizó una revisión bibliográfica, utilizando autores como Scott (1990), Saffioti (1987; 1992; 2004), Butler (2003), Raffestin (1993), Foucault (1979; 1988), entre otros, para construir posibles relaciones con el poder ejercido en las relaciones de género. También busca establecer relaciones con la ciencia geográfica, lo que enfatiza la relevancia de este tema para esta ciencia.

Palabras-clave: Género; Empoderamiento; Territorio.

Introdução

O movimento feminista no mundo surge em torno dos anos sessenta e setenta do século passado, junto com uma cultura contestatória, principalmente através dos grupos marginalizados, além da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, do aumento da escolaridade e da diminuição das taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida das mulheres.

O feminismo "procurou articular modos de resistência ao questionamento de "verdades" estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações entre homens e mulheres, de forma hierárquica e desigual" (MEYER, 1996, p. 41). Sendo assim, as relações de gênero nos mostram que até então não existiam relações igualitárias nos espaços públicos e nos privados. Ao entender que sexo também é político, pois nele contem relações de poder, o feminismo rompe com os modelos tradicionais e aponta também para um caráter subjetivo da opressão.

Joan Scott, no artigo, *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*, afirma que "o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, além de o gênero se tornar uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos (SCOTT, 1990, p. 14). Partimos deste excerto para iniciar e destacar alguns pontos na busca de refletir sobre o quadro atual das teorias feministas e os desdobramentos do conceito de gênero de autoras relevantes nestas abordagens.

Partindo da afirmação de que a Geografia está em toda parte, as discussões sobre gênero, sexualidade e espacialidade podem ser um interessante caminho para que levantemos nossos olhos de nosso pequeno mundo, para este grande, rico e complexo mundo (ORNAT, 2008). É preciso estabelecer uma correlação entre a categoria de gênero e o conceito geográfico de território, pois o território é sem sombra de dúvidas a primeira maneira de dar significado às relações de poder, ou seja, o território é um primeiro campo no seio do qual o poder se articula.

Na possibilidade de compreender o poder, estabeleceremos uma relação com o termo empoderamento, pois este vem sendo muito utilizado nos dias atuais, em especial pela comunidade feminista, sendo que o conceito de empoderamento (*empowerment*) surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970, e o termo começou muito rapidamente a ser usado também pelo movimento de mulheres.

Teorias de gênero: do patriarcado à construção social

Neste momento, escolhemos investigar na leitura de grandes autoras feministas, sendo elas Joan Scott, Judith Butler e Heleieth Saffioti, pois são textos profundos em definições que vêm ao encontro do trabalho aqui apresentado, além de reforçar a importância dos estudos de gênero.

No artigo citado de Joan Scott, a autora contextualiza o termo gênero, cujo uso pareceu primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O gênero também estava relacionado ao aspecto das definições normativas das feminilidades, que utilizavam o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional ao vocabulário analítico.

A princípio entendia-se gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e se torna, assim, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É, portanto, uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1990).

Para a autora, a definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Em suas palavras,

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1990, p.21).

Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como uma ferramenta para maquiagem exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram (SAFFIOTI, 2004).

Para Saffioti (2004), o gênero pode ser compreendido das mais diversas maneiras. A autora realiza a seguinte revisão bibliográfica sobre o tema:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, mas também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações

homem – mulher, mas também relações homem – homem e relações mulher – mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997; SAFFIOTI E ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero havendo um campo, ainda que limitado de consenso: o gênero é a construção social do masculino e feminino (SAFFIOTI, 2004, p. 44-45).

Em relação à construção das análises de gênero, Machado (1997, p. 108) apresenta potencialidades do termo.

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social.

Dessa forma, as teorias de gênero apresentadas trazem à tona a construção social do ser individual como algo determinante e não somente as suas características biológicas. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”.

A teoria do patriarcado concentra sua atenção na subordinação das mulheres em relação ao homem. Para Saffioti (1987), no livro *A dominação Masculina*, torna-se bem claro o processo de construção social da inferioridade e a construção social da superioridade.

Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferior. Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção da subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida do homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior (SAFFIOTI, 1987, p.29).

Na contramão do pensamento da teoria do patriarcado, Judith Butler (2003), anuncia que a urgência do feminismo no sentido de conferir um *status* universal ao patriarcado, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum da subjugação das mulheres. Nesse sentido para Butler (2003, p.20), “a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos”.

Partindo desse pressuposto, a mesma determina que o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto. Para Butler (2003, p. 25);

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Para Judith Butler (2003), a noção de sexo também é tão culturalmente construída quanto a de gênero, no qual o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza. O sexo é também um meio discursivo e cultural, sendo este uma superfície politicamente neutra na qual age a cultura. Embora gênero represente uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas, representa apenas parte da construção social complexa em que elas estão envolvidas (SAFFIOTTI, 1992), ou como aponta Butler (2003), a noção de gênero precisa ser reformulada, para abranger as relações de poder.

Posto isso, as mais variadas posições acerca dos estudos de gênero corroboram para uma maior compreensão deste tema tão amplo, o que nos confirma que o gênero possui um conjunto de atributos, que ora se estabelece na dicotomia homem x mulher, ora se realiza na individualidade do ser, ao se estabelecer uma relação entre sexo e natureza, na qual imprime a sua identidade.

Relações de gênero na ciência geográfica: abordagens feministas

Para Silva (2003), a categoria de gênero passa a ser objeto da Geografia Humana ao mostrar que o elemento humano é essencial em toda a Geografia, portanto, que o homem é um fator geográfico, ao desenvolver um estudo sobre a distribuição dos homens na superfície terrestre. Silva (2003) ainda argumenta que a categoria de gênero na Geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas. Para Ornat (2008), a Geografia com enfoque feminista nasce na segunda onda do movimento feminista, sendo este composto por três marcos:

Como dissertado por Narvaz e Koller (1996), este pode ser periodizado a partir de três ondas: a primeira onda representa o surgimento do movimento feminista, entre o final do séc. XIX e início do XX, nascendo como um movimento de luta das mulheres por igualdades de direitos civis. Este foi estruturado na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha; a segunda onda ressurgiu nas décadas de 1960/70, em especial nos Estados Unidos e na França. E enquanto as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade (feminismo de igualdade), as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (feminismo de diferença); a terceira onda, forjada anos 1980, introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento, tendo por influência

as proposições feitas por Michel Foucault e Jacques Derrida. É nesta terceira fase que se observa uma intensa justaposição entre movimento político e academia. (ORNAT, 2008, p. 314).

A categoria de gênero na Geografia deve levar em consideração que é uma temática bastante dinâmica, pois Silva (2003) cita, por exemplo, alguns aspectos de interesses dos pesquisadores, tais como: a organização da vida cotidiana em áreas rurais e urbanas; o mercado de trabalho segundo o gênero e a localização espacial das indústrias e dos serviços (creches, escolas, transportes, etc.); a utilização do espaço (público e/ou privado) segundo o gênero; o trabalho doméstico e o número crescente de mulheres que sustentam economicamente a família; a queda da taxa da fecundidade e os direitos reprodutivos. (SILVA, 2003).

Segundo Martínez (1995, p. 18), existe, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia em que é fundamental o enfoque de gênero. São elas:

1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza;

- o espaço enquanto construção social e de gênero,
- o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero,
- a relação entre gênero e natureza (o ambiente em seu sentido amplo);

2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;

3) o uso e experiências diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) até a global (movimentos migratórios transnacionais).

Contudo, ainda hoje, os geógrafos e geógrafas brasileiros são muito tímidos no que diz respeito a esta temática. No Brasil, são poucos os geógrafos que procuram analisar o espaço sob a perspectiva das relações de gênero. Citamos o trabalho de Rossini (1988) que estudou a presença da mulher na lavoura canavieira paulista em sua tese de Livre Docência. Em 1992, o Boletim de Geografia Teórica, de Rio Claro, São Paulo, publicou diversos trabalhos empíricos, de geógrafos e de outros cientistas sociais, que versaram sobre a temática Mulher e Trabalho. A Geografia brasileira, a exemplo da anglo-saxônica e espanhola, precisa estar atenta para esses novos movimentos sociais e lançar mão da categoria gênero como mais um instrumento de análise do social que, conseqüentemente, produz diferentes espaços geográficos (VELEDA da SILVA, 2000).

Rossini (1993), por sua vez, aponta que toda mudança carrega alterações que serão consideradas positivas ou negativas de acordo com a perspectiva que se vê. Comparando-se o trabalho da família no colonato, parceria, arrendamento e assalariamento, pesquisa realizada na macro área de Ribeirão Preto, no período de 1977 e 1986, a autora constatou que a mulher não perdeu sua autoridade, já que não a tinha, o que na realidade aumentou foram suas responsabilidades. Em geral, continuaram reservados à elas os mesmos trabalhos domésticos, como operária ela vai à luta para "complementar" os ganhos familiares.

As relações entre poder e epistemologia são centrais nas discussões epistemológicas, pois o simples fato da percepção distinta entre homens e mulheres da organização espacial já tem criado distintas aproximações ou possibilidades de produção de conhecimento (NAST, 1994, apud ORNAT, 2008). A utilização da categoria gênero pretende, assim, explicar as relações de poder, revelando condições extremamente desiguais de seu exercício, já que as mulheres vêm ocupando posições subalternas e secundárias em relação aos homens.

O território através das concepções culturalista e política; o poder simbólico e o poder do Estado

Dessa forma, para Haesbaert (2004, p.20 - 21), o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

Para Bourdieu (1989, p.14 e 15), o poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, além de confirmar ou transformar a visão do mundo. Para Santos (1999, p.1),

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

De acordo com Haesbert e Limonad (1999), o território apresenta três concepções básicas:

- Cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural mais subjetiva, a partir da qual o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço,
- Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.
- Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, visto como o poder político do Estado.

Como foi identificado, existem diversas abordagens, mas destacaremos as vertentes culturalista e jurídico-política, pois estas destacam, primeiro, os aspectos ligados às identidades e representações e, a segunda, estabelece relações de poder principalmente através do Estado. Rogério Haesbaert aponta que é importante analisar o território também pelo viés político, que, aliás, é uma das noções clássicas do conceito. Essa escolha se faz necessária, sobretudo para a formulação de políticas públicas que tenham por objetivo desenvolver ou implementar ações direcionadas para comunidades específicas. (HAESBAERT, 1995). Para o autor, o território, além de ter um sentido político, possui também o seu sentido simbólico, no qual a dupla dimensão do território, cultural e política, pode estar relacionada. Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2004, sem página).

Saquet (2003) diferencia o território do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades; os três processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede ou área-rede-lugar. Nessa perspectiva, o território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo. (SAQUET, 2003).

Para Souza (2009), o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil.

Ao comparar o território a um “campo de força”, Souza (2009, p.66) aponta que:

[...] o território é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. (SOUZA, 2009, p.66).

Segundo Raffestin, “o poder visa ao controle sobre os homens e sobre as coisas, este é multidimensional, por isso faz parte de todas as relações e toda relação é o ponto de surgimento do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). O poder é emanado pelo Estado, mas também pelos movimentos sociais. Assim, “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p.59-60). Sendo assim, o território não pode ser classificado como algo físico ou inanimado, mas como uma área ou uma autoridade que exercem uma centralidade sobre as pessoas de um lugar. Sendo assim, o território é uma categoria analítica da geografia que teve primeiramente a contribuição de Ratzel, no qual pensava o território sem as contradições internas e com o poder emanado somente pelo Estado. Dimensões políticas, afetivas, uma vez que o território é demarcado pela apropriação do espaço e relações de poder que controlam essa apropriação. Para Corrêa (2002, p.251) “o território é revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”.

Em Saquet (2007), o autor destaca que o território fundamenta-se no real, no qual o movimento está no interior do próprio território. O movimento é histórico e multiescalar, de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. Dessa maneira, o autor reforça que,

O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade concreto-abstrata no e do território que precisa ser abstraída (SAQUET, 2007, p.73).

Assim sendo, o território pode ser compreendido de diferentes maneiras, e há quem priorize uma das dimensões sociais, deste modo o uso do território e suas representações

estabelecem relações entre dominantes e dominados. A partir do exposto, a tentativa deste trabalho, que é construir uma tríade entre gênero, território e poder busca dar visibilidade a um grupo social cuja característica de gênero implica, como veremos, diversas posições no território, desigualmente distribuídas, posto que marcadas por relações de poder.

Empoderamento feminino e os territórios de poder

O empoderamento consiste em quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (STROMQUIST, 2002, apud SARDENBERG, 2009).

A origem do conceito é disputada tanto pelos movimentos feministas, como pelo movimento American Blacks, que nos anos 1960 movimentou o cenário político norte-americano exigindo o fim do preconceito e da discriminação que marcavam a vida dos negros nos EUA. Contudo, é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico quanto como instrumento de intervenção na realidade. Nos anos 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram um árduo trabalho de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento, com o qual buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.21).

Já no Brasil, Paulo Freire foi o primeiro a traduzir o termo, criado em 1977, pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, que, transformou o verbo “*to empower*” (“dar poder”) no substantivo “*empowerment*”. Isso porque ele queria destacar que era preciso dar às minorias oprimidas meios para que elas adquirissem autonomia e se desenvolvessem.

Na página da ONU MULHERES¹ encontramos uma definição mais detalhada de como o termo vem sendo percebido e utilizado para a promoção de políticas públicas:

O empoderamento das mulheres consiste em realçar a importância de que as mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas

¹ A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres e, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. A ONU Mulheres atua como secretariado da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), que se reúne, no mês de março, em Nova Iorque, há mais de 60 anos. Essa é uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre direitos humanos das mulheres. Site: <http://www.onumulheres.org.br/>

próprias aspirações. O empoderamento inclui para as mulheres o direito à liberdade de consciência, religião e crença; sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder; o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e de controlarem todos os aspectos de sua saúde; o acesso das mulheres, em condições de igualdade, aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados; a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas; e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas. Para fomentar o empoderamento das mulheres é essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de gênero, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis (ONU MULHERES, 2016, p.15).

Numa perspectiva mais ampliada, Horochovski (2006), ressalta que a definição de empoderamento é,

[...] próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se auferem poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos (HOROCHOVSKI, 2006, p.01).

Nesse sentido, pode-se pensar que o empoderamento das mulheres poderia representar um desafio às relações patriarcais, significar uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, na busca de lhes proporcionar garantias e autonomia. O processo de empoderamento da mulher pode trazer à tona, por conseguinte, uma nova concepção de poder, assumindo formas mais democráticas, construindo, assim, novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para aqueles que o usam a partir da área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E ‘fazer as coisas por si mesmo’, e ‘ter êxito sem a ajuda dos outros’. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (LEÓN, 2001, p. 96 apud SIQUEIRA, 2014).

No livro *Microfísica do Poder*, Foucault (1979), de uma forma bastante abrangente, nos apresenta indagações acerca do poder, considerando-o como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir, pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. O poder político teria, neste caso, encontrado na economia sua razão de ser histórica. Nesse sentido, para o autor, o poder não se dá, não se troca e nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas, acima de tudo, uma relação de força.

Partindo dessa relação entre poder e território, Saquet (2007), afirma que o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Dessa forma, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130 apud SIQUEIRA, 2014). Para León (2001), o processo de empoderamento deve estar atrelado ao gradual reconhecimento, por parte das mulheres, das estruturas de poder que estão presentes na vida dos indivíduos (na própria vida delas) e dos grupos (a que elas pertencem) (SIQUEIRA, 2014).

Já no livro *a História da sexualidade I*, Foucault (1988) aborda de uma forma bem densa o que determina por poder, ao se referir sobre esse tema o autor propõe dizendo que poder, não significa "o Poder", como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entende poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entende como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Deste modo, o autor introduz algumas proposições acerca do poder, sendo elas:

- que o poder não é algo que se adquira ou algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;

- que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas;
- que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social;
- que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas, contudo, não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos;
- que onde há poder, há resistência e, por isso mesmo, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.

O empoderamento é pensado como um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É propagado como um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas, o empoderamento também pode ser compreendido como um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. Por isso, é visto como necessitando ser constantemente renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza (ROMANO; ANTUNES, 2002).

O objetivo principal do empoderamento é a tomada de consciência e das próprias competências, não é somente construir uma sociedade de mulheres empoderadas, porém isoladas, mas contribuir para a construção de uma nova ordem socialmente justa e politicamente democrática.

Conclusões

As teorias que nortearam este trabalho estabeleceram uma relação entre gênero, território e empoderamento e colaboraram para entendermos que as relações de gênero são determinadas por relações de poder. As categorias território e gênero foram essenciais para estabelecer uma relação com o empoderamento, pois as três têm em comum a ligação com o poder, seja ele exercido pelas pessoas, pelo Estado ou as instituições. Sendo assim, ninguém contesta que o poder seja central na discussão sobre gênero. Para além de definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder, a noção de empoderamento vem buscando a participação e a integração por meio da igualdade e do fim da subordinação das mulheres. Fica nítido o quanto ainda precisa ser desenvolvido em relação a essa temática nas ciências geográficas, para que possamos aumentar as nossas perspectivas sobre as relações humanas nos territórios em que estão inseridos.

Concluimos que o poder é agente que move as três categorias trabalhadas nesse artigo, no qual o empoderamento converge tanto questões ligadas ao gênero, quanto ao território, pois através do ato de se empoderar desenvolve-se mecanismos pessoais e sociais de mudança da realidade e do espaço vivido, sejam as relações homem x mulher, dominantes x dominados, indivíduos x sociedade a transformação empregada nos poderes vigentes na sociedade podem ser minimizadas.

Agradecimentos

Agradecimento ao auxílio da CNPq recebido para a realização da pesquisa de mestrado que contribuiu para a elaboração deste artigo.

Referências

- BOURFIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, 1989.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, R. L. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: Território: globalização e fragmentação. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira (orgs). 5º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: o cuidado de si**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- HAESBAERT, R. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ, Rio de Janeiro, UERJ, v. 3, n. 5, p. 7-20, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOROCHOVSKI, R.S. **EMPODERAMENTO: DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES**. 30º Encontro anua da ANPOCS, 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2006.

MACHADO, L. Z. **Estudos de gênero**: Para além do Jogo entre Intelectuais e Feministas. In: SCHPUN, M. (org.). **Gênero sem Fronteiras**. Florianópolis, Editora das Mulheres, pp.35-78, 1997.

MEYER, D. E. **Do poder ao gênero**: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ONU MULHERES. **Princípios de empoderamento das mulheres**. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso em: 18/10/2018.

ORNAT, M. J. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista**. Terr@Plural, v. 2, n.2, p. 309 322, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

ROMANO, J. O. **Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza**. In: ROMANO, Jorge O; ANTUNES, Marta (Org.). Empoderamento e direitos de combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-44.

ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero**: A mulher como força de trabalho no campo. Informações Econômicas, São Paulo, v.23, 1993.

ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero**: a mulher na lavoura canavieira paulista. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 1988.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM/UFBA, 2002. p. 89-120.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H.I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. Universidade de São Paulo- USP. GEOgraphia, ano. 1, n. 1 1999, São Paulo. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/wiewFile/2/2>. Acesso em: 22/01/2020.

SAQUET M., **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

SAQUET, M. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, v.22, n.43, 2007.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2003.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa - PR, 2009.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras:** possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

SOUZA, M.L. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

VELEDA DA SILVA, S. **Os estudos de gênero no Brasil:** algumas considerações. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 262, 15 de noviembre de 2000.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Simone Léia Rui

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008) e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2019). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia humana e agrária, atuando principalmente no seguinte tema: gênero e agricultura familiar. Foi professora da rede estadual e municipal de São Paulo, no período de 2009 a 2013.

Como citar esse artigo

RUI, Simone Léia. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 45-60, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7334

Recebido em: 05-09-2019

Aceito em: 22-01-2020